

A desconcentração demográfica paulista em perspectiva

Demographic deconcentration
of São Paulo in perspective

Douglas Sathler
Vitor Miranda

Resumo

A redistribuição espacial da população no estado de São Paulo (SP), em paralelo ao arrefecimento no ritmo de crescimento demográfico da Região metropolitana de São Paulo (RMSP) nas últimas décadas, apresenta reflexos evidentes no que tange a formação de "novas espacialidades" predominantemente urbanas. Não obstante, a emergência dos pequenos municípios de economia mais diversificada, após terem experimentado décadas de declínio populacional, indica que a dispersão da população extrapola os limites das novas aglomerações metropolitanas e das cidades médias do interior paulista. O presente estudo tem o intuito de contribuir, em alguma medida, para o entendimento da desconcentração demográfica no estado, a partir de uma metodologia própria de análise do crescimento populacional e de mapeamento dos movimentos migratórios intraestaduais recentes.

Palavras-chave: demografia; migração; São Paulo; polos de crescimento; desconcentração.

Abstract

The population spatial redistribution in the state of São Paulo (SP), parallel to the slacking in the RMSP demographic growth rhythm in the last decades, presents clear reflexes of "new spatialities" formation, mostly urban ones. Notwithstanding, the arising of small municipalities with more diversified economy, after having experimented decades of population decrease, indicates that the dispersion of the population exceeds the new metropolitan agglomerations and the medium cities of São Paulo's countryside limits. The present study aims to somehow contribute to the comprehension of the lack of demographic concentration in the state, based on a proper methodology of population growth analyses and recent inter-state migratory movement mapping.

Keywords: demography; migration; São Paulo; growth poles; deconcentration.

Introdução

Os dados publicados no Censo 2000 e na Contagem da População 2007 (IBGE, 2008)¹ revelam que a dispersão demográfica continua a redesenhar os padrões migratórios e de crescimento populacional no estado de São Paulo (SP). A mudança da direção e do sentido dos fluxos migratórios contribuiu de maneira decisiva para a formação de novos polos de crescimento demográfico em SP, não apenas capazes de incorporar um maior volume de imigrantes ao seu estoque populacional, mas também de reter parte dos fluxos que em décadas anteriores se dirigiam à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O estado de SP, dono da rede urbana mais completa e diversificada do Brasil, conta com um conjunto de “novas espacialidades” que passaram a se destacar, nas últimas décadas, pelo notável desempenho econômico e crescimento demográfico. O surgimento de novas aglomerações metropolitanas e a emergência de centros não metropolitanos de porte médio, assim como o verificado crescimento populacional dos pequenos municípios mais dinâmicos, evidenciam que a RMSP vem repartindo o seu dinamismo econômico e populacional com o interior do estado.

Um dos elementos mais centrais das mudanças verificadas em SP é, inegavelmente, a radical alteração dos movimentos migratórios, que passam a contrariar tendências históricas de concentração espacial, com a existência de um novo padrão desconcentrador. Assim, a migração de retorno e seus efeitos indiretos, em conjunto com a capacidade de atração populacional de alguns polos regionais, causaram grandes impactos na dinâmica demográfica paulista.

O presente estudo tem o intuito de contribuir para o entendimento da desconcentração demográfica no estado a partir de uma metodologia própria de análise do crescimento populacional e de mapeamento dos movimentos migratórios intraestaduais recentes. Ainda, procura estabelecer uma discussão sobre o significado dessas recentes transformações para complementar as análises empíricas.

A desconcentração demográfica no estado de São Paulo

A desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais metrópoles brasileiras é uma realidade que já perdura há algumas décadas. A RMSP está em conformidade com essa tendência, uma vez que as Taxas de Crescimento Geométrico (TCG) nos períodos de 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2007 (1,88, 1,70 e 1,04% a.a.) possuem valores distantes do crescimento populacional registrado na década de 1970 (4,46% a.a.). Nesse sentido, o interior do estado de São Paulo assume uma posição de maior destaque em relação à RMSP, apresentando maiores taxas de crescimento demográfico e se tornando destino preferencial de um expressivo contingente de migrantes.

O processo de desconcentração demográfica paulista ganha maior visibilidade em paralelo à redução das taxas de crescimento da RMSP durante a década de 1980. Nas três últimas décadas, a predominância dos movimentos migratórios do tipo urbano-urbano vem contribuindo para uma expansão sem precedentes, por meio de uma rede urbana mais dispersa e

interiorizada, dotada de novas aglomerações metropolitanas e de muitos núcleos urbanos de porte médio com áreas de influência significativa (Matos e Baeniger, 2004).

Ademais, percebe-se uma crescente importância dos pequenos municípios intimamente conectados com os polos paulistas para o entendimento da dispersão da população pelo interior do estado. A diversificação econômica e a formação de espaços multifuncionais nessas áreas, que, em alguns casos, dialogam com a agricultura moderna e a terceirização das partes produtivas, causam impactos cada vez mais evidentes na distribuição espacial da população.

De acordo com a definição de Richardson (1980), a desconcentração espacial da população atravessa algumas etapas, a saber: a) a primeira envolveria a periferia imediata do core, com a população e as atividades econômicas descentralizando-se nos satélites dentro da região core (o equivalente às áreas de uma grande região metropolitana); b) num segundo momento, também chamado de fase de descentralização concentrada, a dispersão atingiria alguns centros de maior expressão; c) o processo se completaria com a repetição da descentralização intrarregional em outras regiões do sistema urbano, resultando numa hierarquia urbano-regional estável.

Na RMSP, o processo de “periferização” sinalizava para uma mudança nas configurações espaciais da população, uma vez que o maior ritmo de crescimento demográfico das periferias em relação ao núcleo metropolitano indicava que a dispersão demográfica cumpria a primeira etapa definida por Richardson. Na década de 1970 a TCG da periferia metropolitana era de 6,34% a.a. contra 3,67% a.a. do

município de São Paulo. Os períodos de 1980-1991 e 1991-2000 foram marcados pela queda significativa do crescimento demográfico do núcleo metropolitano (1,17 e 0,88% a.a. respectivamente) e também nas áreas periféricas que tiveram valores significativamente superiores aos exibidos pelo município de São Paulo (3,21 e 2,85% a.a. entre 1980-1991 e 1991-2000, respectivamente). Já os dados da Contagem da População do IBGE (2007), indicam que essa tendência se aprofundou após a virada do milênio, uma vez que o município de São Paulo teve TCG de 0,61% a.a., contra 1,63% a.a. da periferia. No entanto, sabe-se que o fenômeno da dispersão demográfica no estado de SP extrapola os limites da grande metrópole.

A partir da década de 1970, o processo de desconcentração econômico espacial, também denominado reversão da polarização, proporcionou a dispersão das atividades industriais e de pessoas para fora dos limites da RMSP. De acordo com Matos (1995), “a desconcentração demográfica coincide com a desconcentração econômica em vários aspectos”. Sendo assim, as deseconomias de aglomeração não somente atingem a distribuição geográfica das atividades econômicas como também produzem novos rearranjos espaciais da população.

A presença da indústria no interior de São Paulo não pode ser considerada uma novidade.² Na verdade, o novo está no aumento do grau de importância dessa região nas últimas décadas, que assumiu o posto de segunda maior concentração industrial do país, superada apenas pela RMSP (Lencioni, 2003).

Os principais fatores que impulsionaram o crescimento industrial no interior paulista, a partir da década de 1970, foram: a) a modernização da agricultura, que propiciou condições

favoráveis para a estruturação dos complexos agroindustriais; b) a ampliação dos investimentos do estado, principalmente do governo federal, com destaque para a instalação de refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, a consolidação do polo petroquímico de Cubatão e a expansão da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), assim como a instalação de plantas industriais no setor de eletrônica, informática e telecomunicações em Campinas, além do pró-álcool, que estimulou o surgimento de novas indústrias complementares, como a de bens de capitais; c) a política estadual de construção de uma malha viária ampla e moderna, que diminuiu os custos de transporte e propiciou novas alternativas locais para as indústrias; d) a elevação dos custos de aglomeração na RMSP (Seade, 1998).

A dispersão da indústria para o interior paulista foi acompanhada pelo aumento da interligação e do relacionamento empresarial dessas áreas com a grande metrópole nacional. Segundo Gomes:

[...] muitas empresas que se localizam no Interior e capitais regionais possuem escritório em São Paulo, seja administrativo, marketing ou comercial. Nesse sentido, a relação do Interior com a metrópole não se dá apenas com as empresas que a deixaram, mas também com aquelas que nunca estiveram localizadas na metrópole, geradas por capital local. (2009, p. 10)

Cleps (2003, p. 67) destaca que

[...] acompanhando o desenvolvimento industrial e a sua relativa desconcentração, o que se percebeu foi um importante crescimento das atividades do setor terciário, não só na capital como também em todo o estado.

O estudo realizado pelo Sebrae-SP (2007), denominado "Onde estão as Micro e Pequenas Empresas em São Paulo", analisou o comportamento de empresas entre 2000 e 2004, constatando um expressivo aumento do número de pequenos negócios no interior do estado. Ainda, o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (Sebrae, 2008) destaca que as

[...] companhias menores têm papel importante na interiorização da economia, gerando renda, emprego e retendo a população local com a oferta de empregos cada vez mais qualificados.

Nesse contexto de novos investimentos no interior paulista, não se pode esquecer que a dispersão da população pelo estado também é reflexo do aumento do desemprego e precarização do trabalho na RMSP. Traduzem o surgimento de novas opções que se abrem a um grande número de trabalhadores pouco dispostos a se engajarem novamente como mão de obra barata, por exemplo, no emprego urbano-industrial formal, em que teriam de contabilizar elevados custos de transporte e moradia (Matos et al., 2004, p. 15).

Não obstante, mesmo que os fatores econômicos sejam os principais definidores da intensidade dos padrões migratórios recentes verificados no estado de SP, deve-se ressaltar a crescente importância dos fatores não econômicos relacionados à qualidade de vida e ao bem-estar, cada vez mais decisivos no processo de dispersão populacional.

A presença marcante de uma série de fatores atrativos em algumas regiões do interior paulista, em conjunto com os fatores repulsivos na RMSP, destacam a importância que os movimentos migratórios intraestaduais recentes

assumem para o entendimento da desconcentração demográfica no estado. Ademais, após décadas de declínio da fecundidade em todo o país e com grande intensidade no estado de São Paulo, a contribuição da migração para as variações nas taxas de crescimento dos municípios se torna cada vez mais evidente, até porque, como destacam Amorim Filho e Rigotti (2002, p. 2), “o crescimento vegetativo da população é um processo mais lento e regular do que as flutuações resultantes dos fluxos migratórios”.

Os próximos tópicos analisam a influência dos movimentos migratórios na evolução da desconcentração demográfica em SP a partir dos dados censitários de 1991 e 2000 e da Contagem da População 2007 (IBGE, 2008), destacando a relevância das novas aglomerações metropolitanas, das cidades médias e dos pequenos municípios que fazem parte das microrregiões dos maiores polos regionais do interior paulista no desenvolvimento desse processo.

As novas aglomerações metropolitanas paulistas: migração e crescimento populacional

A desconcentração da indústria e de pessoas em direção ao interior paulista produziu novas formas de organização territorial em visível contraste com o que dominava no passado. Baeninger e Gonçalves (2000, p. 7) ressaltam que

[...] as regiões que mais concentraram atividades e população, nesse processo de desconcentração industrial, foram as que

se transformaram recentemente em áreas metropolitanas: Campinas e Santos.³

A Região Metropolitana de Campinas (RMC), constituída por uma rede urbana densa e articulada, conta com a mais expressiva concentração industrial do interior paulista, abrigando setores modernos e plantas industriais organizadas em complexas cadeias produtivas. Já a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), com população superior a 1,6 milhões de habitantes em 2007 (IBGE, 2008), destaca-se pela presença marcante das atividades comerciais. Segundo Caiado (2004, p. 5), na RMBS “a indústria de transformação e o setor terciário, baseados principalmente nas atividades portuárias, são os principais setores da economia regional”. Assim, as transformações geradas pelo intenso processo de interiorização da industrialização nos anos 1970 extrapolaram os limites municipais de Campinas e Santos, consolidando no entorno desses municípios importantes aglomerações urbanas.

De acordo com Baeninger (2004, p. 6), as novas aglomerações metropolitanas

[...] distinguem-se das antigas metrópoles, tanto por seu papel no contexto do desenvolvimento econômico do país quanto pelo menor poder de sua área de influência, abrangendo espaços regionais bastante restritos.

Do ponto de vista demográfico, tanto a RMC como a RMBS têm se destacado por apresentarem TCG relativamente elevadas se comparadas ao da RMSP nas últimas décadas, além de se tornarem destino preferencial de um expressivo contingente de imigrantes procedentes da grande metrópole.

A RMBS e a RMC, mesmo diante da verificada tendência de diminuição do ritmo de crescimento populacional durante o período de 1970-2007, ainda apresentam TCG superiores ao que é observado na RMSP no final desse período. Assim como verificado na RMSP, os núcleos das novas aglomerações metropolitanas paulistas já não sustentam altas taxas de crescimento entre 2000-2007. O dinamismo demográfico exibido pelas periferias metropolitanas ainda consegue manter as TCG da RMC e da RMBS a níveis ainda significativos (ver Tabela A1, anexo).

Diante disso, parece claro que o processo de periferização exerce um papel importante na dinâmica demográfica das novas aglomerações metropolitanas. Segundo Sugimoto (2005, p. 10), na RMBS, “os mapas da dinâmica metropolitana indicam movimentos migratórios importantes, principalmente da população pobre, do chamado núcleo duro formado por Santos e São Vicente para áreas periféricas”. Na RMC, a periferia apresenta um ritmo de crescimento notoriamente maior do que é verificado no município de Campinas entre 2000 e 2007 (de 2,20 contra 1,00% a.a.).

Baeninger e Gonçalves (2000, p. 31) destacam que

[...] a estruturação da área, distribuição espacial da população e o processo de crescimento, expansão e ocupação do novo território metropolitano não podem ser entendidos sem referência ao fenômeno migratório.

Diante disso, este tópico demonstra de maneira clara e breve a contribuição dos movimentos migratórios recentes, para o processo de dispersão populacional e formação dos novos núcleos metropolitanos no interior paulista.

A Tabela 1⁴ traz informações referentes aos movimentos migratórios na RMBS, RMC e RMSP entre 1986-1991 e 1995-2000. Nesse trabalho, consideraram-se como migrantes as pessoas maiores de 5 anos que em 1986 e 1995 não moravam no município de residência atual, respectivamente, em 1991 e 2000 (Data Fixa).⁵

O saldo migratório (SM) pode ser entendido como o resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes (Data Fixa), considerando os efeitos indiretos do fluxo (Carvalho e Rigotti, 1998, p. 341). Entretanto, o “saldo migratório”

Tabela 1 – Número de imigrantes, emigrantes (data fixa) e “saldo migratório” (SM) para a RMC, RMBS e RMSP em 1986-1991 e 1995-2000

Região metropolitana	Imigrantes 1986-1991	Emigrantes 1986-1991	SM 1986-1991	Imigrantes 1995-2000	Emigrantes 1995-2000	SM 1995-2000
Santos	112.692	58.749	53.942	132.933	77.046	55.887
Campinas	234.633	71.002	163.631	210.525	121.434	89.091
São Paulo	940.174	810.302	129.872	874.193	1.014.216	-140.023

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

calculado não está em plena conformidade com a conceituação teórica, pois desconsidera os migrantes com menos de cinco anos de idade na data do recenseamento (efeito direto e indireto) e, também, não contabiliza o efeito da migração internacional. Apesar disso, deve-se admitir que o “saldo migratório” ainda pode ser considerado uma importante ferramenta de investigação.

Tanto a RMC como a RMBS apresentam SM positivos nos dois períodos analisados. Verifica-se um pequeno aumento no SM para a RMBS, enquanto que na RMC o SM, ainda positivo (89.091), diminuiu consideravelmente entre 1986-1991 e 1995-2000. Chama a atenção o fato de que a RMSP apresenta decréscimo significativo do valor referente ao SM nos dois períodos analisados (de 129.872 para -140.023), já que o número de pessoas que deixam a grande metrópole para o interior do estado e para outras regiões do Brasil chega a superar o volume de imigrantes na RMSP em 1995-2000.

A Tabela 2 demonstra a procedência dos imigrantes da RMBS e da RMC de acordo com os dados disponíveis nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Verifica-se um aumento significativo de imigrantes originados da RMSP, assim como da proporção em relação ao total, nas novas aglomerações metropolitanas do estado. Na RMBS o acréscimo no número de imigrantes originados da RMSP foi de 15.721 pessoas do primeiro para o segundo período analisado. A proporção de imigrantes procedentes da maior metrópole do país na RMBS passou de 36,73% para 42,97%, um aumento de 6,24 %. A RMC está em conformidade com o que ocorreu na RMBS, já que apresentou um expressivo aumento de imigrantes procedentes da RMSP (7.603) que passaram a representar, segundo o Censo de 2000, 28,68% do total.

Observa-se, também, um aumento significativo de imigrantes procedentes do restante de SP. Nesse sentido, a RMBS passou a contar com um contingente de 21.780 imigrantes provenientes do restante do estado, o que

Tabela 2 – Procedência dos imigrantes (data fixa) das novas aglomerações metropolitanas do estado (1986-1991 e 1995-2000) por regiões predefinidas

Município	RMSP		Restante de SP		Outros estados		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Data Fixa (1986-1991)								
RMBS	41.394	37	16.120	14	55.178	49	112.692	100
RMC	52.776	22	70.325	30	111.532	48	234.633	100
Data Fixa (1995-2000)								
RMBS	57.115	43	21.780	16	54.038	41	132.933	100
RMC	60.379	29	64.916	31	85.230	40	210.525	100

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

corresponde a 16,38 % do total . No caso da RMC, verifica-se um tímido aumento da proporção de imigrantes originados do restante do estado (de 29,97 para 30,84%).

Os dados revelam com clareza que, nas últimas décadas, as novas aglomerações metropolitanas de SP contribuíram de maneira expressiva para a evolução da dispersão da população pelo estado. O próximo tópico irá realizar uma discussão sobre o papel de destaque assumido pelas cidades médias do interior paulista no que tange ao desenvolvimento desse processo.

Polos de crescimento populacional: as cidades médias do interior paulista

As cidades médias⁶ paulistas, assim como verificado no estado de Minas Gerais,⁷ têm tido um crescimento populacional mais significativo se comparado aos demais níveis hierárquicos urbanos. De uma forma geral, essas cidades desempenham papel fundamental no equilíbrio e no funcionamento das redes urbanas de que fazem parte.

Os limiares demográficos que definem uma cidade média não são universais. No caso brasileiro, país populoso e com um imenso território marcado por profunda heterogeneidade social, cultural e econômica, segundo Amorim Filho e Rigotti (2002, p. 13), “não poderíamos esperar outra coisa se não grande variabilidade na hierarquia e no relacionamento das cidades com a região e o sistema urbano dos quais fazem parte”.

De acordo com Lajugie (1974, p. 12), a cidade média se define, antes de tudo, por suas funções, pela posição que ela ocupa na rede urbana, entre a metrópole, com vocação regional, e os pequenos municípios, com influência puramente local (ibid., p. 4). Entretanto, a escolha dos limiares populacionais para a definição das cidades médias depende não apenas do contexto socioeconômico e cultural, mas também dos objetivos particulares de cada estudo. Em regiões mais estagnadas e com particularidades espaciais, a exemplo da Amazônia Legal brasileira, as cidades de médio porte demográfico nem sempre estão preparadas para servir como intermediadoras de fluxos (bens, informações, serviços, mercadorias, entre outros). Por outro lado, considerando o nível de complexidade e de amadurecimento da rede urbana (ou redes urbanas) de São Paulo, a definição de cidade média a partir de um critério estritamente demográfico pode, se realizada com cautela, gerar resultados positivos para a análise.

Sendo assim, um critério bastante razoável e que será adotado neste paper, define os municípios médios como aqueles não metropolitanos com população variando entre 200.000 e 500.000 habitantes. Dessa forma, os municípios que guardam os nomes das microrregiões analisadas neste tópico são: Sorocaba, São José do Rio Preto, Franca, São José dos Campos, Bauru, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Marília e São Carlos.⁸ Em SP, essas cidades de médio porte populacional apresentam tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque diversificado de bens e serviços ao espaço microrregional em que estão inseridas, desempenhando o papel de centros de crescimento econômico regional.

De maneira agregada, a TCG dos municípios médios de SP (2,2% a.a.) é superior ao valor encontrado para os demais municípios não metropolitanos sedes de microrregião presentes no estado (1,7% a.a.). Apenas os municípios de Ribeirão Preto, Piracicaba e Jundiá não apresentam TCG superior a 2% a.a. entre 1991 e 2000 (ver Tabela A2, anexo). Apesar da tendência decrescente das TCG para o total de municípios de médio porte de 1970 a 2000, deve-se ressaltar que a dispersão demográfica se manifestou com maior nitidez nas últimas décadas analisadas, sobretudo, devido à diminuição mais expressiva do crescimento demográfico da RMSP. Os dados da Contagem da População revelam que os municípios médios de SP apresentaram, no total, uma TCG de 1,39% a.a. entre 2000-2007, com impactos significativos nos valores absolutos já que essa taxa incidiu sobre um estoque populacional superior aos das décadas anteriores, refletindo em um incremento de 383.912 pessoas em apenas sete anos.

As informações contidas na Tabela 3 sugerem que o dinamismo demográfico exibido recentemente pelas cidades médias deve-se, em grande medida, à contribuição dos SM francamente positivos para a maior parte dos municípios estudados nos dois períodos em questão. Sorocaba, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Bauru e São Carlos se destacam pelos valores de SM mais elevados. Apenas o município de Jundiá apresentou SM negativo nos dois períodos analisados, apesar do verificado aumento de imigrantes em relação à pequena queda no número de emigrantes.

Entretanto, os dados demonstram que a redução do crescimento populacional das cidades médias paulistas nas duas últimas décadas analisadas (ver Tabela A2, anexo) se deve em boa parte à diminuição significativa do SM que, só entre 1986-1991 e 1995-2000, no total, passou de 140.035 para 108.085.

As Tabelas 4 e 5 permitem o melhor entendimento da evolução da procedência dos

Tabela 3 – Número de imigrantes, emigrantes (data fixa) e “saldo migratório” (SM) para as cidades médias paulistas em 1986-1991 e 1995-2000

Município	Imigrantes 1986-1991	Emigrantes 1986-1991	SM 1986-1991	Imigrantes 1995-2000	Emigrantes 1995-2000	SM 1995-2000
Sorocaba	41.168	22.375	18.793	50.783	30.151	20.632
São José do Rio Preto	42.977	15.296	27.681	44.937	23.666	21.271
Franca	24.402	8.491	15.911	18.090	14.377	3.713
São José dos Campos	47.690	23.349	24.340	48.858	31.808	17.050
Bauru	30.202	13.602	16.600	31.463	18.798	12.664
Limeira	19.067	8.235	10.831	16.967	11.722	5.246
Piracicaba	22.014	12.256	9.758	22.847	14.278	8.569
Ribeirão Preto	36.529	24.173	12.356	39.003	35.893	3.111
Jundiá	22.037	31.714	-9.677	28.231	31.073	-2.843
Marília	17.540	12.815	4.725	19.476	11.693	7.783
São Carlos	15.961	7.244	8.717	20.109	9.219	10.891
Total	319.585	179.550	140.035	340.763	232.678	108.085

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

imigrantes entre 1986-1991 e 1995-2000 nas cidades médias paulistas. A desconcentração demográfica no estado é evidenciada pelo aumento do número de imigrantes originados da RMSP, com o acréscimo de 12.245 imigrantes entre os períodos analisados (2,3% do total). A proporção de imigrantes procedentes

da grande metrópole aumentou em oito dos onze municípios analisados. Apenas os municípios de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Bauru, apesar do ligeiro aumento do valor absoluto deste último, não apresentaram aumento da proporção de imigrantes que vieram da RMSP.

Tabela 4 – Procedência dos imigrantes dos municípios polos (data-fixa) 1986-1991 por regiões predefinidas

Município	Microrregião		RMSP		Restante		Outros estados		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Sorocaba	2.955	7,20	10.705	26,0	14.619	35,5	12.889	31,1	41.168	100
São José do Rio Preto	6.629	15,40	9.042	21,0	17.616	41,0	9.691	22,5	42.977	100
Franca	3.427	14,00	2.710	11,1	4.148	17,0	14.117	57,9	24.402	100
São José dos Campos	3.860	8,10	10.299	21,6	8.791	18,4	24.739	51,9	47.690	100
Bauru	3.891	12,90	7.259	24,0	12.255	40,6	6.797	22,5	30.202	100
Limeira	757	4,00	3.482	18,3	6.084	31,9	8.743	45,9	19.067	100
Piracicaba	1.414	6,40	4.216	19,2	7.535	34,2	8.848	40,2	22.014	100
Ribeirão Preto	2.569	7,00	8.177	22,4	12.871	35,2	12.912	35,3	36.529	100
Jundiaí	895	4,10	4.268	19,4	5.632	25,6	11.241	51,0	22.037	100
Marília	2.235	12,70	4.841	27,6	7.141	40,7	3.323	18,9	17.540	100
São Carlos	874	5,50	3.170	19,9	6.062	38,0	5.855	36,7	15.961	100
Total	29.505	9,20	68.169	21,3	102.754	32,2	119.157	37,3	319.585	100

Fonte: Censo demográfico 1991.

Tabela 5 – Procedência dos imigrantes dos municípios polos (data-fixa) 1995-2000 por regiões predefinidas

Município	Microrregião		RMSP		Restante		Outros estados		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Sorocaba	5.432	10,7	16.824	33,1	16.532	32,6	11.994	23,6	50.783	100
São José do Rio Preto	6.222	13,8	8.311	18,5	20.328	45,2	10.075	22,4	44.937	100
Franca	2.308	12,8	2.826	15,6	4.803	26,5	8.153	45,1	18.090	100
São José dos Campos	3.867	7,9	10.867	22,2	10.454	21,4	23.670	48,4	48.858	100
Bauru	4.480	14,2	7.354	23,4	13.004	41,3	6.625	21,1	31.463	100
Limeira	727	4,3	3.499	20,6	6.770	39,9	5.972	35,2	16.967	100
Piracicaba	1.394	6,1	4.924	21,6	8.621	37,7	7.908	34,6	22.847	100
Ribeirão Preto	2.871	7,4	6.488	16,6	13.391	34,3	16.253	41,7	39.003	100
Jundiaí	3.171	11,2	8.910	31,6	7.424	26,3	8.726	30,9	28.231	100
Marília	2.309	11,9	5.461	28,0	8.225	42,2	3.481	17,9	19.476	100
São Carlos	893	4,4	4.950	24,6	8.368	41,6	5.899	29,3	20.109	100
Total	33.673	9,9	80.414	23,6	117.921	34,6	108.755	31,9	340.763	100

Fonte: Censo demográfico 2000.

Mesmo com o decréscimo da proporção de imigrantes procedentes da própria microrregião em seis dos onze municípios analisados, no total, ocorreu um aumento de 9,2 para 9,9%, com destaque para o acréscimo observado em Jundiá e Sorocaba (7,1 e 3,5% respectivamente). De um modo geral, os decréscimos nos municípios de São José do Rio Preto, Franca, São José dos Campos, Piracicaba, Marília e São Carlos foram pouco expressivos, sem implicar grandes variações no número absoluto desses imigrantes.

Os municípios de Franca, São José dos Campos e Jundiá ainda apresentaram alta proporção de imigrantes procedentes de outras unidades da federação em 1995-2000, mesmo com o decréscimo em relação a 1986-1991. No total, a evolução da proporção de imigrantes interestaduais (de 37,3 para 31,9%) está de acordo com a tendência observada para o estado como um todo.

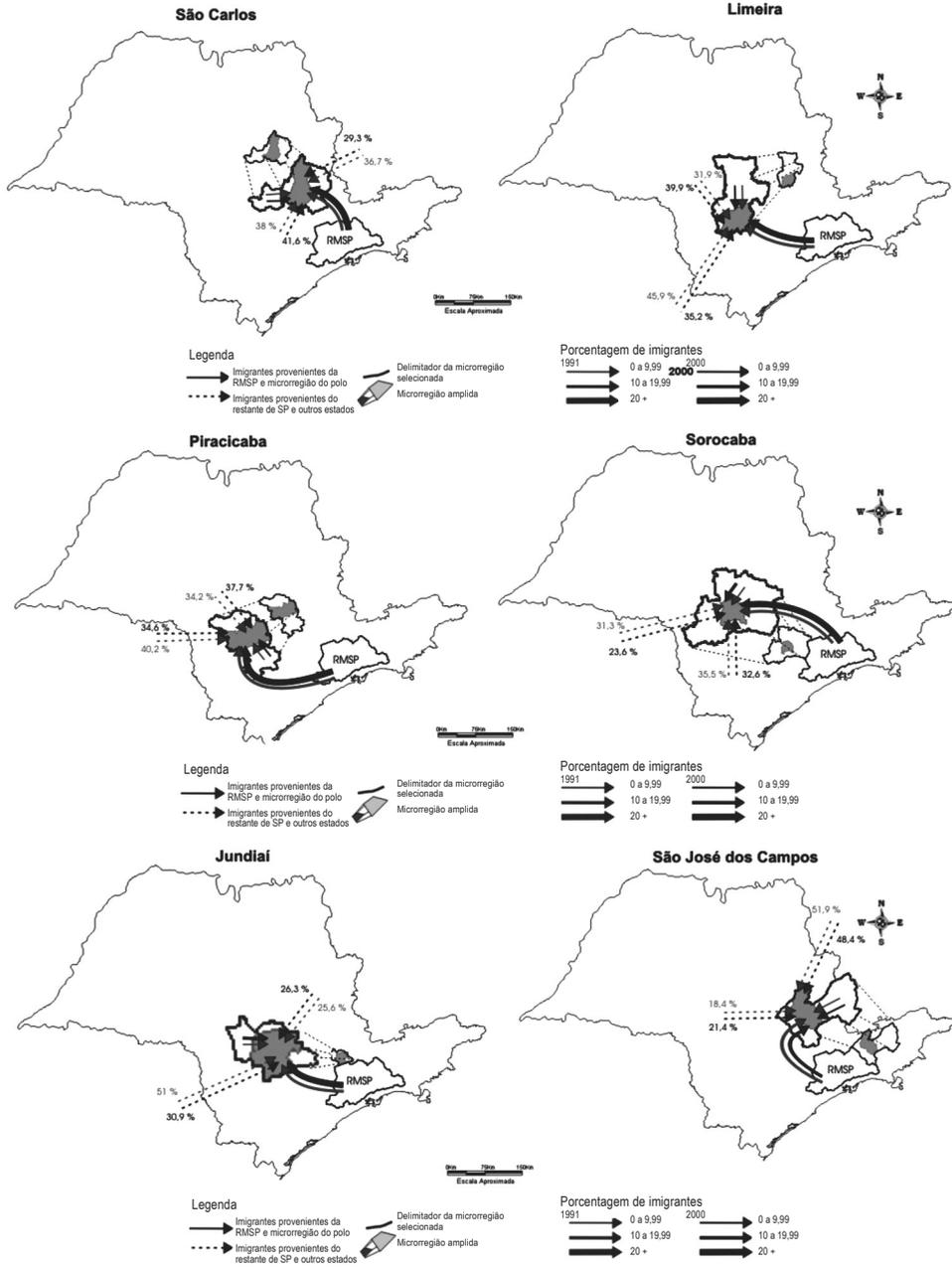
O mapeamento da procedência dos imigrantes das cidades médias paulistas se revela extremamente importante para o avanço das discussões referentes à dispersão demográfica em SP, uma vez que os mapas permitem pensar sobre o impacto exercido pelo componente geográfico no que tange aos diferentes padrões migratórios. Segundo Matos (1995), "torna-se indispensável visualizar no espaço geográfico a redistribuição dos fluxos migratórios focalizando as localidades que mais participam como receptoras e emissoras".

A partir da coleção de mapas representados na Figura 1 torna-se evidente a existência de um maior nível de relacionamento, em termos de volume de imigrantes, das cidades médias paulistas com a RMSP do que com as próprias microrregiões a que fazem parte.

Nos municípios de São Carlos, Limeira, Piracicaba, Sorocaba e Jundiá, o aumento da proporção de imigrantes entre os períodos analisados pode ser visualizado facilmente a partir dessa representação cartográfica (verificar espessura das setas).

Em Franca, o maior distanciamento geográfico em relação à RMSP implica menor proporção de imigrantes da grande metrópole tanto em 1986-1991 quanto em 1995-2000.⁹ Isso também pode ser observado para São José do Rio Preto e, até mesmo, para Ribeirão Preto, que em 1995-2000 apresentavam níveis de relacionamento baixos com RMSP se comparado ao que ocorre nas outras cidades médias do estado.

O próximo tópico discute a desconcentração demográfica no estado de São Paulo a partir do verificado crescimento populacional dos pequenos municípios pertencentes às microrregiões das cidades médias não metropolitanas. Esse tipo de análise se demonstra cada vez mais relevante, sobretudo, devido ao recente aumento dos fatores de atração populacional apresentado por esses conjuntos de pequenos municípios.



Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.
Elaboração: Douglas Sathler (Cedeplar/UFMG).

São Paulo dos pequenos notáveis

No que diz respeito à proliferação de centros locais na rede urbana paulista, deve-se ter em mente que esse fenômeno pode responder, em maior ou em menor medida, a uma tendência nacional: os centros locais estão mais urbanizados e mais integrados do que se observava há décadas atrás. Sob essa perspectiva, pode-se inferir que existe no Brasil, atualmente, uma maior integração desses pequenos municípios com os demais centros urbanos inseridos nas redes, assim como uma maior participação destes como nós com relação aos diversos fluxos materiais e imateriais. Sendo assim, para entender a maior inserção dos pequenos municípios nas redes urbanas, deve-se não apenas olhar para as mudanças que estão ocorrendo fora desses lugares, mas, também, perceber as transformações que estão ocorrendo no interior desses pequenos centros locais.

No Brasil, de forma geral, esse aumento da urbanidade nas pequenas cidades, que, anteriormente, tinham sua economia menos diversificada e apoiada, quase que exclusivamente, nas atividades ligadas à terra, está relacionado a um conjunto de fatores, tais como: a) melhoria no nível geral das condições de vida e diminuição da pobreza; b) maior acesso à informação e a sensação de que as distâncias são menores do que no passado; c) melhoria na infraestrutura regional e intramunicipal; d) maior integração dos moradores com pessoas que residem em municípios médios ou grandes, a exemplo de parentes e amigos, ou mesmo com migrantes retornados (Sathler, 2009).

Estudos recentes¹⁰ enfatizam a crescente diversificação econômica e a emergência de espaços multifuncionais a partir da disseminação de novas formas de produção e de sobrevivência nos pequenos municípios e nas áreas rurais brasileiras. Nesse sentido, a pluriatividade no Brasil aparece como importante alternativa de emprego e renda, já que o desemprego e o subemprego nas atividades tradicionais eram decisivos na manutenção das altas taxas de êxodo que incidiam sobre essas áreas.

O crescimento no número de micro e pequenas empresas nos pequenos municípios de São Paulo, identificado com base na pesquisa do Sebrae (2007), entre 2000 e 2004, é resultado de um conjunto de vantagens comparativas que, de acordo com Tiago (2008), têm contribuído para o crescimento das economias locais e são capazes de evitar o êxodo para as capitais. Com relação às transformações dos pequenos municípios próximos às áreas mais dinâmicas do país, Tiago destaca que

[...] o crescimento econômico vivido nos últimos anos, o avanço do agronegócio e a migração da indústria das regiões metropolitanas para as cidades do interior são incentivos importantes para a criação de um ambiente de fomento aos negócios de menor porte. Juntam-se a isso incentivos fiscais oferecidos pelos municípios, custos menores para a compra de terrenos ou aluguéis de galpões e mão de obra mais barata. (2008, p. 3)

Com relação ao trabalho, o autor ressalta que, nos pequenos e médios municípios,

[...] a mão de obra está mais qualificada, atraindo negócios. Com o avanço da internet e o crescimento de universidades no interior, o conhecimento é muito mais disseminado. (Ibid., p. 3)

As indagações sobre as mudanças que vêm ocorrendo nos pequenos municípios e nas áreas rurais do país chegam a impressionar, sobretudo, ao se recordar que há não muito tempo, vários estudiosos temiam o esvaziamento dessas áreas, alardeando-o como tendência inexorável (Matos et al., 2004). Sathler (2005, p. 13) destaca a crescente capacidade das áreas rurais e dos pequenos municípios de reter e atrair trabalhadores, ou seja, de uma forma geral, já não se sobressaem os fatores de repulsão populacional nas regiões com maior diversificação econômica.

Assim, esta seção pretende lançar mão de alguns dados que refletem essas transformações, analisando alguns aspectos da dinâmica demográfica dos municípios paulistas não metropolitanos com população inferior a 30.000 habitantes (pequenos municípios) pertencentes às microrregiões das cidades médias trabalhadas no tópico anterior. Será realizada uma breve discussão sobre o crescimento populacional e os movimentos migratórios dos pequenos municípios pertencentes às microrregiões que guardam o nome das cidades médias paulistas.

A Tabela A3 (anexo), que representa a população e as TCG entre 1970 e 2007 dos conjuntos de pequenos municípios contidos nas microrregiões das cidades médias paulistas, demonstra que, no total, existe uma clara tendência de aumento das taxas de crescimento com o passar das décadas, passando de 0,61%a.a. na década de 1970 para 1,98%a.a. entre 1991-2000. Verifica-se que os conjuntos de pequenos municípios de todas as microrregiões em estudo apresentaram TCG positivas entre 1991 e 2000, com destaque para os pequenos municípios de Sorocaba (4,03%a.a.) e Jundiaí (4,3%a.a.).

Entre 2000 e 2007, os dados impressionam, já que a população total desses conjuntos de pequenos municípios passou de 1.015.016 para 1.200.476 e a TCG, nesse período, foi de 2,43%a.a., bem superior ao que foi calculado para as décadas anteriores. Nesse período, os conjuntos de pequenos municípios de Sorocaba (7,56%a.a.) e Jundiaí (4,14%a.a.) continuaram a se destacar, sobretudo diante da posição estratégica dessas microrregiões, próximas à maior aglomeração urbana do país. Ainda, os pequenos notáveis de Marília (6,89%a.a.) merecem destaque nesse período.

Com relação aos pequenos municípios de Sorocaba, a ideia da criação de espaços funcionais parece estar de acordo com os achados do Sebrae (2008). Esses pequenos municípios fazem parte do que a pesquisa chamou de "um bom exemplo de polo que está atraindo novas empresas". Considerando toda a microrregião de Sorocaba, a pesquisa destaca que, "o grupo de municípios recebeu, nos últimos dez anos, 25 fábricas (14 só em Sorocaba). Estas empresas migraram, em esmagadora maioria, da RMSP" (Sebrae, 2008, p. 4).

Os pequenos municípios de Marília se inserem em um contexto regional de investimentos recentes, com destaque para a instalação de indústrias de alimentos, bebidas e de insumos agrícolas. Parece claro que essas indústrias possuem potencial gravitacional suficiente para atrair indústrias e empresas prestadoras de serviços, diretos e indiretos, de menor porte, o que diversifica a economia e coloca os pequenos municípios da região no rol daqueles com maior poder de retenção e atratividade populacional.

A microrregião de Jundiaí possui posição privilegiada do ponto de vista das

Tabela 6 – Número de imigrantes, emigrantes (data fixa) e “saldo migratório” (SM) para os conjuntos de pequenos municípios pertencentes às microrregiões das cidades médias paulistas em 1986-91 e 1995-2000

Município	Imigrantes 1986-1991	Emigrantes 1986-1991	SM 1986-1991	Imigrantes 1995-2000	Emigrantes 1995-2000	SM 1995-2000
Sorocaba	7.297	1.855	5.442	9.303	3.717	5.587
São José do Rio Preto	21.043	17.342	3.702	25.408	15.461	9.946
Franca	6.671	5.746	924	7.054	4.851	2.202
São José dos Campos	2.650	1.059	1.591	2.785	1.373	1.413
Bauru	10.738	12.780	-2.042	12.245	9.973	2.273
Limeira	7.897	3.514	4.383	8.684	4.239	4.445
Piracicaba	9.069	3.733	5.336	10.414	4.682	5.733
Ribeirão Preto	17.857	7.365	10.492	18.877	10.693	8.184
Jundiá	10.268	1.744	8.523	11.502	3.900	7.602
Marília	7.653	7.715	-62	7.789	6.443	1.346
São Carlos	7.920	4.374	3.546	8.070	4.740	3.330
Total	109.063	67.226	41.837	122.133	70.072	52.061

Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000.

*Deve-se tomar cuidado na confiabilidade dos dados referentes ao conjunto de pequenos municípios da micro. de São José dos Campos, já que a amostra é pequena.

oportunidades econômicas, já que está encaixada entre a RMC e a maior região metropolitana do país, a RMSP. No pequeno município de Louveira, a atividade industrial teve um importante incremento a partir de 1997, com a implantação da Procter & Gamble do Brasil & Cia que, de acordo com as informações da prefeitura da cidade, gerou 870 empregos diretos. Já Itupeva tem se destacado pelo incremento das atividades turísticas, chácaras de lazer e condomínios residenciais. Segundo os dados da prefeitura da cidade, o desenvolvimento da indústria e do setor de serviços tem proporcionado o aumento da arrecadação tributária e do número de empregos.

Essa tendência de recuperação do crescimento demográfico exibida pelos conjuntos de pequenos municípios em estudo se deve,

em grande medida, aos saldos migratórios positivos exibidos por essas regiões. A partir da observação da Tabela 6,¹¹ percebe-se que em 1986-1991 apenas dois conjuntos de pequenos municípios apresentavam SM negativos. Já em 1995-2000, todos os conjuntos de pequenos municípios estudados apresentaram SM positivo. Diante disso, no total, o aumento observado no SM entre os períodos de 1986-1991 e 1995-2000 foi bastante significativo.

Os números surpreendem, sobretudo, ao pensar que, no caso das cidades médias, que no total abrigavam uma população de 3.791.969 em 2000, o SM foi de 108.085 para 1995-2000, enquanto que os conjuntos de pequenos municípios das microrregiões que guardam os nomes dessas mesmas cidades médias apresentaram, quando somados, SM

pouco inferior à metade do que foi observado no total para esses polos regionais (52.061), mas abrigando um estoque populacional que, no total, correspondia a quase um quarto (cerca de 26,7%) do que possuem as sedes das microrregiões em estudo no ano de 2000. Fazendo uma interpretação um pouco grosseira, pode-se dizer que os conjuntos de pequenos municípios analisados tiveram maior capacidade de atratividade populacional (o dobro) do que o total das cidades médias trabalhadas no tópico anterior.

Ainda, as Tabelas 7 e 8 permitem avaliar a procedência dos imigrantes das áreas predominantemente rurais em estudo.

O que mais chama a atenção é o fato de que entre 1986-1991 e 1995-2000 ocorreu um aumento da proporção de imigrantes procedentes da RMSP para essas áreas de 17,1% para 21,9%, o que evidencia mais uma vez o papel importante que os pequenos municípios assumem para a evolução do processo de desconcentração demográfica em SP. Em termos absolutos, o número de imigrantes nessas áreas

da RMSP passou de 18.702 em 1986-1991 para 26.765 em 1995-2000.

O mesmo ocorre com a proporção de imigrantes procedentes da sede da própria microrregião que, no total, passou de 14,9% para 17,9% entre 1986-1991 e 1995-2000. Porém, verifica-se que as proporções de imigrantes oriundos do restante do estado e de outras unidades da federação diminuíram entre os dois períodos analisado.

Parece claro que a desconcentração demográfica que esteve em curso na década de 1990 também teve a participação dos pequenos municípios inseridos nas microrregiões mais dinâmicas do estado. Apesar da ausência de dados sobre migração para os pequenos notáveis após a virada do milênio, os dados da Contagem da População 2007 (IBGE, 2008) indicam que esses movimentos populacionais se intensificaram, o que ressalta a importância desses municípios na rede de centralidades paulista, com impactos que devem ser levados em consideração pelos gestores e formuladores de políticas públicas municipais e estaduais.

Tabela 7 – Procedência dos imigrantes dos pequenos municípios integrantes da microrregião polo (data fixa) – 1986-1991

Município	Sede da Micro		Resto da Micro		Microrregião		RMSP		Resto de SP		Outros estados		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Sorocaba	1.563	21,4	431	5,9	1.760	24,1	2.073	28,4	1.471	20,2	7.297	100	50.783	100
São José do Rio Preto	2.981	14,2	1.108	5,3	3.889	18,5	8.749	41,6	4.317	20,5	21.043	100	44.937	100
Franca	1.854	27,8	0	0,0	583	8,7	1.594	23,9	2.639	39,6	6.671	100	18.090	100
São José dos Campos	159	6,0	288	10,9	896	33,8	389	14,7	918	34,6	2.650	100	48.858	100
Bauru	1.160	10,8	428	4,0	2.048	19,1	5.437	50,6	1.664	15,5	10.738	100	31.463	100
Limeira	411	5,2	619	7,8	735	9,3	2.513	31,8	3.618	45,8	7.897	100	16.967	100
Piracicaba	1.269	14,0	839	9,3	1.953	21,5	2.413	26,6	2.595	28,6	9.069	100	22.847	100
Ribeirão Preto	1.930	10,8	1.253	7,0	2.803	15,7	5.745	32,2	6.126	34,3	17.857	100	39.003	100
Jundiaí	2.666	26,0	31	0,3	1.724	16,8	3.063	29,8	2.784	27,1	10.268	100	28.231	100
Marília	1.026	13,4	1.048	13,7	1.111	14,5	3.138	41,0	1.330	17,4	7.653	100	19.476	100
São Carlos	1.180	14,9	0	0,0	1.200	15,0	3.470	43,8	2.070	26,1	7.920	100	20.109	100
Total	16.198	14,9	6.047	5,5	18.702	17,1	38.584	35,4	29.531	27,1	109.063	100	340.763	100

Fonte: Censo Demográfico 1991.

* Deve-se tomar cuidado na confiabilidade dos dados referentes ao conjunto de pequenos municípios da micro de São José dos Campos, já que a amostra é pequena.

Tabela 8 – Procedência dos imigrantes dos pequenos municípios integrantes da microrregião polo (data fixa) – 1995-2000

Município	Sede da Micro		Resto da Micro		RMSP		Resto de SP		Outros estados		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Sorocaba	2.065	22,2	620	6,7	3.500	37,6	2.186	23,5	933	10,0	9.303	100
São José do Rio Preto	5.183	20,4	1.487	5,9	5.394	21,2	8.052	31,7	5.292	20,8	25.408	100
Franca	2.459	34,9	0	0,0	711	10,1	1.811	25,7	2.072	29,4	7.054	100
São José dos Campos	209	7,5	376	13,5	1.296	46,5	265	9,5	639	22,9	2.785	100
Bauri	1.898	15,5	521	4,3	3.044	24,9	5.802	47,4	980	8,0	12.245	100
Limeira	586	6,7	793	9,1	1.217	14,0	2.519	29,0	3.570	41,1	8.684	100
Piracicaba	1.169	11,2	1.011	9,7	3.022	29,0	2.959	28,4	2.253	21,6	10.414	100
Ribeirão Preto	3.271	17,3	1.067	5,7	3.072	16,3	5.319	28,2	6.148	32,6	18.877	100
Jundiá	1.920	16,7	415	3,6	2.491	21,7	2.759	24,0	3.916	34,0	11.502	100
Marília	1.226	15,7	779	10,0	1.726	22,2	3.104	39,9	954	12,2	7.789	100
São Carlos	1.473	18,3	0	0,0	1.291	16,0	3.176	39,4	2.130	26,4	8.070	100
Total	21.459	17,6	7.069	5,8	26.765	21,9	37.952	31,1	28.888	23,7	122.133	100

Fonte: Censo Demográfico 1991.

* Deve-se tomar cuidado na confiabilidade dos dados referentes ao conjunto de pequenos municípios da micro de São José dos Campos, já que a amostra é pequena.

Considerações finais

A redução dos expressivos ganhos populacionais que ocorreram na maior parte do século XX constitui uma importante evidência que sinaliza para um estado de um novo tempo. Os SM positivos das novas aglomerações metropolitanas paulistas e de todas as cidades médias entre 1995-2000 (exceto Jundiaí) confirmam a importância do estudo dos movimentos migratórios para o entendimento da desconcentração demográfica no estado.

Parece claro o papel de destaque que a RMSP assume para a manutenção das elevadas TCG das novas aglomerações metropolitanas do estado, uma vez que a proporção de imigrantes procedentes da grande metrópole chega até mesmo a ultrapassar, como no caso da RMBS, a proporção de imigrantes oriundos de todo o restante de SP. O aumento da proporção de imigrantes originados da RMSP também é observado em grande parte das cidades médias paulistas e nos conjuntos agregados dos pequenos municípios estudados.

Diante disso, define-se uma nova realidade urbana no interior paulista, na qual os problemas antes exclusivos da RMSP passam a se apresentar também nas novas aglomerações metropolitanas e, em menor medida, nas cidades médias, o que torna crescente a demanda por novos instrumentos de ordenação e gestão territorial urbana

A desconcentração demográfica no estado é um processo que parece não ter mais volta. Nada indica que os contingentes de mão de obra excedentes dos setores formais voltem a reingressar efetivamente em atividades reestruturadas em um novo ciclo de crescimento econômico. São muitos os fatores que atraem as pessoas para fora da RMSP em direção às cidades médias paulistas e os pequenos municípios mais dinâmicos do estado.

Ao final, estudos posteriores poderão demonstrar com clareza a dimensão do impacto da migração de retorno no crescimento dos polos paulistas para as últimas décadas, assim como nos pequenos municípios investigados neste trabalho.

Douglas Sathler

Geógrafo. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
ufmgeo@yahoo.com.br

Vitor Miranda

Economista. University of Pennsylvania. Philadelphia, Estados Unidos.
vitorbh81@yahoo.com.br

Notas

- (1) A Contagem da População 2007 (IBGE, 2008), mesmo diante de suas limitações no que diz respeito à qualidade dos dados gerados, parece confirmar algumas tendências que se desenhavam com base nos resultados dos dois últimos censos demográficos.
- (2) De acordo com Lencioni (2003), já na década de 1920, por volta de 30% da produção industrial paulista era proveniente do interior, com destaque para as regiões de Sorocaba e de Campinas, que concentravam 21,2% dos operários do estado de SP.
- (3) A criação da RMC foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado em 24/5/2000. Já a RMBS, foi instituída anteriormente pela lei complementar estadual número 815, em 30/7/1996.
- (4) Deve-se deixar claro que os dados mais recentes sobre migração provenientes da PNAD 2008 são bastante limitados em termos de poder analítico. Sendo assim, os Censos Demográficos e os dados/estimativas presentes na Contagem da População 2007 (IBGE, 2008) são utilizados para lançar luz sobre os problemas investigados nesse tópico.
- (5) Não devem ser contabilizados como migrantes os movimentos de indivíduos que não estabelecem residência permanente no local de destino, uma vez que o conceito de migração “refere-se às mudanças de residência entre unidades espaciais bem definidas”. Os limites territoriais a serem transpostos devem ser especificados e, após o recorte temporal ser definido, só serão consideradas as mudanças de residências nesse período (Carvalho e Rigotti, 1998, p. 339).
- (6) Todos os dados investigados nesse tópico consideram o município como unidade de análise.
- (7) Ver Umbelino e Sathler (2005).
- (8) Os municípios de São José dos Campos (539.313 hab.), Ribeirão Preto (504.923 hab.), São Carlos (192.998 hab.) e Marília (197.342 hab.) extrapolam em pouco os limiares populacionais estabelecidos para o ano de 2000.
- (9) A alta proporção de imigrantes interestaduais nesse município nos períodos analisados pode ser, em boa parte, explicada pela grande proximidade geográfica com o Sul de Minas Gerais, região que conta com cidades importantes do ponto de vista regional.
- (10) Ver Sathler (2005) e Matos et al. (2004).
- (11) Nessa tabela, os imigrantes e emigrantes não foram simplesmente somados para se chegar ao SM. Nesse cálculo, todos os movimentos migratórios que ocorreram dentro de cada conjunto de pequenos municípios não foram contabilizados.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (2000). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Ministério do Planejamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão no. 702, Rio de Janeiro.
- AMORIM FILHO e RIGOTTI (2002). Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- BAENINGER, R. (2004). Interiorização da migração em São Paulo: Novas Territorialidades e Novos Desafios Teóricos. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- BAENINGER, R. e GONÇALVES, R. F. P. (2000). Novas espacialidades no processo de urbanização: a região metropolitana de campinas. XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- BASALDI, O. V. (2000). *Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp.
- CAIADO, A. S. C. (2004). Migração e rede urbana: estudo da mobilidade demográfica nas principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo na década de 90. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- CARVALHO, J. e RIGOTTI, J. (1998). Os dados censitários sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- CLEPS, G. D. G. (2003). A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 4.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1998). *Estrutura espacial do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte (relatório de pesquisa).
- GOMES, M. T. S. (2009). A desconcentração industrial e o crescimento da indústria no interior do estado de São Paulo-Brasil. XII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Montevideu. *Anais...* EGAL.
- GROSSI, M. e SILVA, G. (2002). *O novo rural: uma abordagem ilustrada*. Londrina, Instituto Agrônômico do Paraná.
- LAJUGIE, J. (1974). *Les Villes Moyennes*. Paris, Éditions Cujas.
- LENCIONI, S. (2003). "Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo". In: GONÇALVES, M.; BRANDÃO, C. e GALVÃO, A. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, Editora Unesp.
- MATOS, R. (1995). *Dinâmica demográfica e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Cedeplar.
- MATOS, R.; SATHLER, D. e UMBELINO, G. (2004). Urbano influente e rural não agrícola em Minas Gerais. XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina. *Anais...*

- MATOS, R. e BAENINGER, R. (2004). *Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente*. Belo Horizonte, O Laboratório.
- RICHARDSON, H. W. (1980). Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*. Los Angeles, v. 45.
- RIGOTTI, I. e VASCONCELLOS, I. (2003). *As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas.
- SATHLER, D. (2005). *O rural e o urbano no Brasil*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas.
- _____ (2009). *As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Cedeplar.
- SEADE, F. (1988). A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo: 1920-1980. *Coleção economia paulista. São Paulo*, v. 1, n. 1/2.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2007). *Onde estão as micro e pequenas empresas em São Paulo*. Observatório das MPEs SEBRAE-SP. 2007. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/conhecendo_mpe/mpe_numero/onde_mpe>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2008). Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuarioTrabalhoSebrae2008.pdf>>. Acesso em 27 de janeiro de 2010.
- SUGIMOTO, L. (2005). Um outro olhar sobre o velho e o mar. *Jornal da Unicamp*. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2005/ju305pag09.html/
- TIAGO, E. (2008). Negócios menores migram para o interior. *Valor Econômico*, jul.
- UMBELINO, G. e SATHLER, D. (2005). Desconcentração demográfica mineira: migração, crescimento populacional e novas territorialidades. IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. *Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST5-2.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2006.
- VEIGA, J. E. (2002). *Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Editora Autores Associados.

Texto recebido em 22/fev/2010

Texto aprovado em 5/abr/2010

ANEXO

Tabela A1 – População e TCG das novas aglomerações metropolitanas paulistas (núcleo e periferia) e da RMSP entre 1970 e 2007

	1970	1980	1991	2000	2007	TCG 70-80	TCG 80-91	TCG 91-2000	TCG 2000-2007
RMBS	653.430	961.243	1.220.249	1.476.820	1.606.863	3,94	2,19	2,16	1,21
Núcleo	345.630	416.677	428.923	448.022	418.288	1,89	0,26	0,49	-0,98
Periferia	307.800	544.566	791.326	1.028.798	1.188.575	5,87	3,46	2,99	2,08
RMC	680.826	1.276.801	1.866.027	2.338.148	2.633.523	6,49	3,51	2,56	1,71
Núcleo	375.864	664.566	846.737	969.396	1.039.297	5,86	2,23	1,53	1,00
Periferia	304.962	612.235	1.019.290	1.368.752	1.594.226	7,22	4,74	3,36	2,20
RMSP	8.139.705	12.588.745	15.444.942	17.878.703	19.223.897	4,46	1,88	1,65	1,04
Núcleo	5.924.612	8.493.217	9.649.519	10.434.252	10.886.518	3,67	1,17	0,88	0,61
Periferia	2.215.093	4.095.528	5.795.423	7.444.451	8.337.379	6,34	3,21	2,85	1,63

Fonte: IBGE, Censos de 1970-2000. IBGE, contagem da População (2007).

Tabela A2 – População residente e TCG (% a.a.) nas cidades médias não metropolitanas e demais municípios não metropolitanos sedes de microrregião (total) de São Paulo entre 1970-2007

Município	População					TCG				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007	
Sorocaba	175.677	269.888	379.006	493.468	559.157	4,39	3,13	3,00	1,80	
São José do Rio Preto	122.134	188.599	281.382	358.523	402.770	4,44	3,70	2,75	1,68	
Franca	93.638	148.990	233.098	287.737	319.094	4,75	4,15	2,39	1,49	
São José dos Campos	148.332	287.513	442.370	539.313	594.948	6,84	3,99	2,25	1,41	
Bauru	131.936	186.659	261.112	316.064	347.601	3,53	3,10	2,17	1,37	
Limeira	90.963	150.561	207.770	249.046	272.734	5,17	2,97	2,05	1,31	
Piracicaba	152.505	214.307	278.715	329.158	358.108	3,46	2,42	1,88	1,21	
Ribeirão Preto	212.879	318.544	431.225	504.923	547.417	4,11	2,79	1,79	1,16	
Jundiaí	169.076	258.809	289.269	323.397	342.983	4,35	1,02	1,26	0,84	
Marília	98.176	121.768	161.149	197.342	218.113	2,18	2,58	2,30	1,44	
São Carlos	85.425	119.535	158.221	192.998	212.956	3,42	2,58	2,25	1,42	
Total	1.480.741	2.265.173	3.123.317	3.791.969	4.175.881	4,34	2,96	2,20	1,39	
Total - demais municípios (43)	1.848.459	2.546.230	3.216.449	3.638.063	3.847.690	3,25	2,15	1,39	0,80	

Fonte: IBGE, Censos de 1970-2000. IBGE, Contagem da População (2007).

Tabela A3 – TCG da população total dos conjuntos de municípios pequenos (<30.000 habitantes) pertencentes às microrregiões das cidades médias não metropolitanas

Município	População					TCG				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2007	
Sorocaba	22.881	27.717	42.367	60.252	100.338	1,94	3,93	4,03	7,56	
São José do Rio Preto	166.965	161.190	183.470	214.335	233.726	-0,35	1,18	1,76	1,24	
Franca	56.164	49.240	55.038	62.546	65.235	-1,31	1,02	1,44	0,60	
São José dos Campos	10.517	12.895	16.598	21.302	21.819	2,06	2,32	2,84	0,34	
Bauru	97.669	99.021	100.850	106.330	117.895	0,14	0,17	0,60	1,49	
Limeira	30.904	41.370	58.063	75.259	83.603	2,96	3,13	2,95	1,51	
Piracicaba	38.084	48.087	66.622	82.451	98.412	2,36	3,01	2,42	2,56	
Ribeirão Preto	105.016	122.318	160.336	194.511	220.834	1,54	2,49	2,19	1,83	
Jundiaí	13.525	20.511	34.401	50.069	66.526	4,25	4,81	4,30	4,14	
Marília	80.629	70.425	68.495	69.144	110.215	-1,34	-0,25	0,11	6,89	
São Carlos	38.087	49.011	65.781	78.817	81.873	2,55	2,71	2,05	0,54	
Total	660.441	701.785	852.021	1.015.016	1.200.476	0,61	1,78	1,98	2,43	

Fonte: IBGE, Censos de 1970-2000. IBGE, Contagem da População (2007).